

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA

JULIANNE DE SOUZA SOARES

O perigo da automedicação com remédios para emagrecer

RECIFE/2025

JULIANNE DE SOUZA SOARES

O perigo da automedicação com remédios para emagrecer

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Disciplina TCC II do
Curso de Bacharelado em farmácia do
Centro Universitário Brasileiro -
UNIBRA, como parte dos requisitos
para conclusão do curso.

Orientador(a): Prof. Dr. Luiz da Silva
Maia Neto

RECIFE/2025

Folha reservada para a Ficha Catalográfica

JULIANNE DE SOUZA SOARES

O perigo da automedicação com remédios para emagrecer.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Disciplina TCC II do Curso de Bacharel em farmácia do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA, como parte dos requisitos para conclusão do curso.

Examinadores:

Orientador – Titulação

Examinador 1 – Titulação

Examinador 2 - Titulação

Nota: _____

Data: ____/____/____

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo incentivo constante ao longo destes cinco anos de trajetória acadêmica. O apoio e a dedicação deles foram essenciais para a realização deste trabalho.

"O maior erro que um homem pode cometer é
sacrificar a sua saúde a qualquer outra vantagem."
- Arthur Schopenhauer

RESUMO

A automedicação com medicamentos para emagrecimento configura um problema de saúde pública complexo, influenciado por fatores individuais, sociais e institucionais. Evidências nacionais e internacionais apontam elevada prevalência dessa prática, favorecida pelo fácil acesso a fármacos, influência midiática e baixa percepção de risco pelos usuários. A literatura indica que a automedicação pode resultar em efeitos adversos significativos, incluindo alterações cardiovasculares, hepáticas, gastrointestinais e repercussões psicológicas. Medicamentos como a sibutramina foram retirados do mercado devido a riscos graves, enquanto fármacos recentes, como a semaglutida, demonstram eficácia, mas não estão isentos de efeitos adversos. A atuação de órgãos reguladores, profissionais de saúde e farmacêuticos, aliada a campanhas educativas e fiscalização, é essencial para prevenir o uso inadequado desses medicamentos. Estratégias intersetoriais que integrem saúde, educação e políticas públicas são fundamentais para promover o uso racional de fármacos, reduzir danos à saúde e proteger a população.

Palavras-Chaves: automedicação; medicamentos para emagrecimento; efeitos adversos; saúde pública; farmacovigilância.

The Danger of Self-Medication with Weight-Loss Drugs

ABSTRACT

Self-medication with weight-loss medications constitutes a complex public health issue influenced by individual, social, and institutional factors. National and international evidence indicates a high prevalence of this practice, driven by easy access to drugs, media influence, and low risk perception among users. The literature shows that self-medication can lead to significant adverse effects, including cardiovascular, hepatic, gastrointestinal, and psychological complications. Medications such as sibutramine have been withdrawn from the market due to serious risks, while newer drugs like semaglutide demonstrate efficacy but are not free from adverse effects. The involvement of regulatory agencies, healthcare professionals, and pharmacists, combined with educational campaigns and monitoring, is essential to prevent improper use. Intersectoral strategies integrating health, education, and public policies are crucial to promote rational drug use, reduce health risks, and protect the population.

Keywords: self-medication; weight-loss medications; adverse effects; public health; pharmacovigilance.

SUMÁRIO

1 Introdução.....	13
2 Materiais e métodos.....	15
3 Resultados e discussões	16
<i>Tabela 1</i>	<i>16</i>
4 Conclusão.....	21
Referências.....	22

1. Introdução

A automedicação é definida como o uso de medicamentos sem prescrição ou orientação de profissionais habilitados, sendo considerada um problema de saúde pública global. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece que, quando praticada de forma responsável, pode contribuir para o alívio de sintomas menores; contudo, quando realizada de maneira indiscriminada, representa sérios riscos à saúde¹. No Brasil, a prática é bastante prevalente, favorecida pela facilidade de acesso a medicamentos, pelo modelo de comercialização e pela cultura de autogestão da saúde².

O fenômeno da automedicação não é recente. Com a popularização da indústria farmacêutica, especialmente a partir do século XX, consolidou-se o entendimento de que os medicamentos poderiam ser utilizados de forma imediata para aliviar sintomas, mesmo sem acompanhamento profissional. Esse cenário se agravou com o avanço tecnológico, a circulação de informações em redes sociais e a difusão de propagandas voltadas ao consumo de produtos relacionados à saúde e ao emagrecimento³. Tais fatores criam um ambiente em que grande parte da população acredita possuir conhecimento suficiente para iniciar tratamentos por conta própria, minimizando os riscos envolvidos.

Entre os diferentes contextos em que a automedicação se manifesta, o uso de fármacos para emagrecer tem despertado crescente preocupação. O desejo por um corpo magro, intensificado pela pressão estética propagada pela mídia e pelas redes sociais, leva indivíduos a buscarem soluções rápidas para a perda de peso, muitas vezes sem indicação clínica ou acompanhamento profissional^{3,4}. Medicamentos como sibutramina, orlistate, metformina e análogos do receptor de GLP-1, como liraglutida e semaglutida, vêm sendo amplamente utilizados de forma inadequada^{3,6}.

O uso não supervisionado desses medicamentos pode acarretar efeitos adversos significativos. A sibutramina, por exemplo, está associada ao aumento da pressão arterial e a eventos cardiovasculares graves, razão pela qual seu uso foi suspenso em diversos países⁵. Já os análogos de GLP-1, embora eficazes no tratamento da obesidade e diabetes tipo 2, exigem acompanhamento rigoroso devido a efeitos adversos relevantes, como náuseas, vômitos, pancreatite e complicações gastrointestinais⁶.

Outro fator preocupante é a circulação de medicamentos manipulados ou falsificados para emagrecimento. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) tem identificado produtos irregulares contendo substâncias tóxicas ou em concentrações inadequadas, frequentemente comercializados pela internet e redes sociais, ampliando

ainda mais os riscos à saúde⁷. Paralelamente, estudos epidemiológicos apontam que cerca de 16% da população brasileira realiza automedicação regularmente, e aproximadamente 70% dos usuários de medicamentos para emagrecer o fazem sem prescrição médica⁸.

A banalização da automedicação também está associada a uma falsa percepção de segurança. Muitos pacientes acreditam que a recomendação de familiares, amigos ou informações encontradas em mídias digitais seja suficiente para legitimar o consumo desses fármacos, ignorando que o uso inadequado pode resultar em consequências graves para a saúde física e psicológica^{3, 9}. Esse comportamento reforça a necessidade de maior conscientização da população sobre os riscos da prática.

Nesse cenário, o farmacêutico desempenha papel fundamental na orientação da população, prevenção de eventos adversos e promoção do uso racional de medicamentos, contribuindo diretamente para a proteção da saúde pública⁹. Sua atuação pode ser determinante para reduzir os impactos negativos da automedicação, especialmente no que se refere ao uso de fármacos para emagrecer, que apresentam riscos importantes quando utilizados sem supervisão profissional.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar os riscos associados à automedicação com medicamentos para emagrecer, discutindo seus impactos na saúde pública, a atuação do farmacêutico e a necessidade de estratégias de prevenção e conscientização.

2. Materiais e métodos

Trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática, com abordagem qualitativa, cujo objetivo foi analisar os riscos e as implicações da automedicação com medicamentos para emagrecimento, bem como o papel do farmacêutico na prevenção desses riscos.

O levantamento das informações foi realizado em bases de dados reconhecidas, incluindo PubMed, SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Scholar. Foram utilizados descritores padronizados como “emagrecimento”, “automedicação”, “medicamentos para perda de peso”, “efeitos adversos” e “saúde pública”.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão artigos originais, revisões sistemáticas e meta-análises publicados entre 2015 e 2025, disponíveis na íntegra, em português ou inglês, e que abordassem diretamente o tema da automedicação com fármacos emagrecedores. Como critérios de exclusão, foram considerados estudos sem revisão por pares, textos incompletos, duplicados ou que não apresentassem relação direta com a temática proposta.

Os artigos selecionados foram lidos e avaliados quanto à sua relevância, sendo posteriormente organizados em categorias temáticas: riscos à saúde, fatores que contribuem para o uso inadequado de medicamentos emagrecedores e papel do farmacêutico na prevenção e orientação.

3. Resultados e discussões

Os estudos incluídos foram selecionados de maneira sistemática, seguindo critérios claros de identificação, seleção e avaliação detalhada. A amostra final de 14 artigos fornece evidências sobre a prevalência da automedicação com medicamentos para emagrecimento, seus efeitos adversos e a importância de políticas públicas e orientação profissional para mitigar riscos. A Tabela 1 apresenta uma síntese dos estudos, destacando autores, objetivos e principais resultados.

Tabela 1. Descrição agrupada dos estudos incluídos na revisão integrativa. Recife, PE, 2025.

Autoria e ano	Título do estudo	Objetivo	Resultados
OMS, 2020	Automedicação responsável	Orientar sobre automedicação segura	Ressalta que a automedicação pode contribuir para o alívio de sintomas menores quando orientada, mas o uso indiscriminado amplia riscos de intoxicações, interações medicamentosas e resistência antimicrobiana. Defende a necessidade de supervisão profissional e políticas de educação em saúde.
Viana et al., 2020	Automedicação no Brasil: uma revisão integrativa	Analisar prevalência e fatores associados à automedicação	Evidencia elevada prevalência da prática no país, influenciada pelo fácil acesso a medicamentos, ausência de fiscalização adequada e baixa percepção de risco pela população. Destaca ainda fatores socioeconômicos e culturais que favorecem a prática.
Araújo & Lima, 2024	As medicações de emagrecimento : benefícios versus riscos	Avaliar benefícios e riscos dos fármacos emagrecedores	Mostra que, apesar da eficácia na redução de peso, o uso não supervisionado de anorexígenos e análogos do GLP-1 acarreta efeitos adversos graves, como hipertensão, distúrbios gastrointestinais e risco cardiovascular, exigindo acompanhamento clínico rigoroso.
Porto et al., 2024	Risks caused by the indiscriminate use of slimming drugs	Investigar consequências do uso indiscriminado	Relata complicações recorrentes em usuários sem acompanhamento médico, incluindo arritmias, elevação da pressão arterial, transtornos de humor e distúrbios metabólicos. Aponta que a automedicação amplia a vulnerabilidade a efeitos adversos.

EMA, 2010	Sibutramina: retirada devido ao risco cardiovascular	Informar sobre riscos da sibutramina	Decisão da Agência Europeia de Medicamentos de retirar a sibutramina do mercado por associação significativa a eventos cardiovasculares graves, como infarto e AVC, reforçando os riscos do uso sem monitoramento.
Wilding et al., 2021	Once-weekly semaglutide in adults with overweight or obesity	Avaliar segurança e eficácia da semaglutida	Ensaio clínico aponta eficácia superior da semaglutida na perda de peso em comparação a outros medicamentos, porém registra efeitos adversos relevantes, como náuseas, vômitos, pancreatite e complicações gastrointestinais.
ANVISA, 2023	Anorexígenos: riscos e regulamentação	Orientar sobre regulamentação e riscos	Reforça a necessidade de fiscalização sanitária rigorosa devido à circulação de produtos irregulares, especialmente na internet. Destaca casos de adulteração, falsificação e uso de substâncias tóxicas em fórmulas para emagrecimento.
Pinto et al., 2016	Prevalence of self-medication in Brazil and associated factors	Avaliar prevalência e fatores associados	Indica prevalência nacional elevada de automedicação (cerca de 16%), com destaque para fatores como baixo nível de informação, cultura de autogestão da saúde, facilidade de acesso e influência da mídia.
Lima & Souza Jr., 2022	O papel do farmacêutico na prevenção da automedicação com medicamentos para emagrecimento	Avaliar estratégias de intervenção farmacêutica	Conclui que a orientação farmacêutica reduz riscos da automedicação, favorecendo o uso racional de medicamentos. Aponta necessidade de campanhas educativas e integração entre farmacêuticos e demais profissionais da saúde.
Oliveira & Pereira, 2024	Possible risks of using medications for obesity	Analisar riscos clínicos do uso de fármacos para obesidade	Identifica múltiplas complicações associadas ao uso inadequado, incluindo distúrbios cardiovasculares, hepatotóxicos e transtornos psicológicos como ansiedade e depressão.
Silva TA et al., 2023	Automedicação de anorexígenos e seus efeitos colaterais	Investigar efeitos adversos da automedicação	Descreve prevalência de hipertensão, taquicardia, arritmia, ansiedade e alterações comportamentais em usuários de anorexígenos sem prescrição, reforçando a gravidade da prática.
Jornalismo ESPM, 2023	Os perigos do uso de medicamentos para emagrecer	Relatar riscos do consumo indiscriminado	A reportagem evidencia casos clínicos de complicações graves em jovens e adultos, reforçando a necessidade de regulamentação e campanhas de conscientização sobre os riscos.

UAI, 2023	Automedicação com remédios para perda de peso possui riscos	Informar riscos sociais e clínicos	Alerta para o crescimento da automedicação no uso de fármacos para emagrecer, relacionando a prática ao aumento de hospitalizações por complicações cardiovasculares e gastrointestinais.
CRF/MS, 2023	CRF/MS alerta para a prática da automedicação de remédios emagrecedores	Orientar profissionais e população	Recomenda intensificação da fiscalização em farmácias, ampliação de campanhas educativas e valorização da atuação do farmacêutico como agente de prevenção e orientação.

A automedicação com medicamentos para emagrecimento é um problema de saúde pública de grande complexidade, envolvendo múltiplos fatores, como pressões sociais e culturais, facilidade de acesso a medicamentos, influências midiáticas, baixo conhecimento sobre riscos e fragilidades na fiscalização e regulamentação (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2020; Viana et al., 2020). A análise dos artigos selecionados evidencia que, embora abordem diferentes dimensões do fenômeno, todos convergem em apontar que a prática indiscriminada de uso de fármacos para emagrecimento representa riscos consideráveis à saúde individual e coletiva.

Em relação à prevalência e aos fatores associados, a OMS (2020) enfatiza que o uso não supervisionado de medicamentos aumenta o risco de efeitos adversos e reforça a necessidade de orientação profissional. Estudos nacionais, como Viana et al. (2020) e Pinto et al. (2016), revelam que grande parte da população brasileira recorre à automedicação por motivos estéticos e sociais, com influência direta de fatores socioeconômicos e culturais, como escolaridade e renda. Araújo e Lima (2024) destacam ainda o papel da mídia digital e das campanhas publicitárias na promoção do uso de fármacos emagrecedores, indicando que a banalização do consumo de medicamentos está associada a pressões estéticas e à busca por soluções rápidas, muitas vezes sem avaliação clínica adequada. Esses achados reforçam que a automedicação não se limita a uma decisão individual, mas é influenciada por determinantes sociais e culturais interligados.

Quanto aos efeitos adversos clínicos e psicológicos, os estudos convergem em apontar consequências graves da automedicação. Araújo e Lima (2024) e Porto et al. (2024) relatam complicações cardiovasculares, distúrbios gastrointestinais e alterações metabólicas significativas. Oliveira e Pereira (2024) e Silva et al. (2023) ampliam essa análise ao documentar efeitos hepáticos e repercussões psicológicas, incluindo ansiedade, dependência e

alterações de comportamento alimentar. Jornalismo ESPM (2023) e UAI (2023) reforçam que os riscos também possuem dimensão social, evidenciando vulnerabilidade a informações não confiáveis e reforço de comportamentos de risco. A Agência Europeia de Medicamentos (EMA, 2010) exemplifica a gravidade desses efeitos ao relatar a retirada da sibutramina do mercado europeu devido ao risco cardiovascular elevado, enquanto Wilding et al. (2021) demonstram que, mesmo drogas modernas como a semaglutida, apresentam efeitos adversos significativos, como náuseas, vômitos e pancreatite, reforçando a necessidade de acompanhamento clínico rigoroso.

A análise da regulação e prevenção evidencia que a supervisão institucional é essencial para mitigar os riscos. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2023) destaca a necessidade de fiscalização constante, regulamentação criteriosa e orientação à população, enquanto o Conselho Regional de Farmácia de Mato Grosso do Sul (CRF/MS, 2023) promove campanhas educativas e alertas direcionados tanto a profissionais quanto a usuários. Lima e Souza Júnior (2022) reforçam que a atuação do farmacêutico é central para orientar pacientes, monitorar o uso de medicamentos e promover a educação em saúde, prevenindo complicações e promovendo o uso racional de fármacos. Esse conjunto de ações demonstra que a regulamentação isolada não é suficiente, sendo necessária integração com educação e comunicação em saúde para reduzir a automedicação de forma efetiva.

Comparando todos os estudos da tabela, percebe-se um quadro de complementaridade: alguns artigos enfatizam a prevalência e os fatores determinantes (Viana et al., 2020; Pinto et al., 2016), outros aprofundam os efeitos adversos clínicos e psicológicos (Araújo e Lima, 2024; Porto et al., 2024; Oliveira e Pereira, 2024; Silva et al., 2023; Jornalismo ESPM, 2023; UAI, 2023), e uma parte concentra-se nas regulamentações e estratégias de prevenção (EMA, 2010; ANVISA, 2023; Lima e Souza Júnior, 2022; CRF/MS, 2023). Essa complementaridade permite compreender que o fenômeno não é unidimensional; ao contrário, ele exige abordagens intersetoriais, que articulem vigilância regulatória, educação em saúde, orientação profissional e fiscalização contínua.

Além dos efeitos físicos, a automedicação acarreta impactos sociais e comportamentais significativos. Ela pode gerar dependência psicológica, reforço de padrões alimentares prejudiciais, baixa autoestima e vulnerabilidade a informações falsas (Oliveira e Pereira, 2024; Jornalismo ESPM, 2023; UAI, 2023). Araújo et al. (2022) destacam que estratégias preventivas devem ser integradas entre saúde, educação e políticas públicas, garantindo orientação individual e coletiva, fiscalização e suporte institucional. Assim, a problemática transcende a esfera clínica, tornando-se também um desafio cultural e social.

Por fim, a análise integrada evidencia que a automedicação com medicamentos para emagrecimento deve ser enfrentada por meio de estratégias combinadas e coordenadas. Supervisão profissional, orientação farmacêutica, regulamentação rigorosa, fiscalização, educação em saúde e campanhas de conscientização constituem pilares fundamentais para reduzir riscos clínicos, psicológicos e sociais, promovendo o uso racional de medicamentos e fortalecendo a proteção da saúde pública (Araújo et al., 2022). Essa abordagem integrativa é essencial para minimizar a exposição da população aos perigos associados à automedicação, tornando o enfrentamento da questão mais efetivo e sustentável.

4. Conclusão

A automedicação com medicamentos para emagrecer representa um grave risco à saúde pública, caracterizando-se como prática de alta prevalência no Brasil e em diversos contextos internacionais^{1 2 8}. O uso indiscriminado desses fármacos, motivado por pressões estéticas, influência da mídia, redes sociais e baixa percepção de risco pelos usuários³, contribui para a ocorrência de complicações clínicas severas, incluindo hipertensão, arritmias, distúrbios gastrointestinais, alterações hepáticas e pancreáticas, além de repercussões psicológicas significativas^{3 4 5 11}. Medicamentos como a sibutramina, cuja retirada do mercado europeu evidenciou seu elevado risco cardiovascular⁶, e os análogos de GLP-1, como a semaglutida⁷, demonstram que mesmo tratamentos eficazes podem ser perigosos quando utilizados sem acompanhamento médico.

O papel do farmacêutico é fundamental na mitigação desses riscos. Por meio de orientação farmacoterapêutica, acompanhamento clínico e educação em saúde, o profissional contribui diretamente para a prevenção de eventos adversos, o uso racional de medicamentos e a conscientização da população sobre os perigos da automedicação⁹. A atuação do farmacêutico, aliada às estratégias regulatórias de órgãos como ANVISA⁷ e conselhos regionais de farmácia¹³, bem como campanhas educativas dirigidas à população^{1 2 13}, evidencia a importância de uma abordagem integrada e multidisciplinar para a proteção da saúde. A análise das evidências também reforça que os perigos da automedicação com remédios para emagrecer não se limitam à esfera individual, mas representam um desafio para a saúde pública, exigindo políticas e programas preventivos robustos^{1 4 21}.

Sendo assim, o enfrentamento da automedicação com medicamentos para emagrecer demanda ações coordenadas e contínuas, integrando supervisão profissional, regulamentação rigorosa, fiscalização e campanhas educativas. A promoção do uso racional de medicamentos, a detecção precoce de comportamentos de risco e a educação da população sobre os efeitos adversos são medidas indispensáveis para minimizar danos e proteger a saúde coletiva, reforçando o papel do farmacêutico como agente central na prevenção e promoção da saúde pública^{1 4 21}.

Referências

1. Organização Mundial da Saúde (OMS). Automedicação responsável [Internet]. Genebra: OMS; c2020 [citado em 2025 set 10]. Disponível em: <https://apps.who.int>
2. Viana CA, Silva VL, Oliveira LFL, Moura IH, Pereira SMC. Automedicação no Brasil: uma revisão integrativa. *Rev Bras Enferm.* 2020;73(Supl 6):e20190683. Português. Disponível em: <https://www.scielo.br>
3. Araújo VM, Lima CG. As medicações de emagrecimento: benefícios versus riscos. *Rev Saúde Vales.* 2024;12(2):1-20. Português. Disponível em: <https://revistas.unifenas.br>
4. Porto GBC, Padilha HSCV, Santos GB. Risks caused by the indiscriminate use of slimming drugs. *Res Soc Dev.* 2024;13(10):e19147. doi:10.33448/rsd-v13i10.19147.
5. Agência Europeia de Medicamentos (EMA). Sibutramina: retirada devido ao risco cardiovascular [Internet]. Londres: EMA; 2010 [citado em 2025 set 10]. Disponível em: <https://www.ema.europa.eu>
6. Wilding JPH, Batterham RL, Calanna S, Davies M, Van Gaal LF, Lingvay I, et al. Once-weekly semaglutide in adults with overweight or obesity. *N Engl J Med.* 2021;384:989-1002. doi:10.1056/NEJMoa2032183.
7. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Anorexígenos: riscos e regulamentação [Internet]. Brasília: ANVISA; c2023 [citado em 2025 set 10]. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa>
8. Pinto MEO, Ferreira MBC, Naves JOS, Silverio MS. Prevalence of self-medication in Brazil and associated factors. *Rev Saúde Pública.* 2016;50(Supl 2):13s. doi:10.1590/S1518-8787.2016050006179.
9. Lima AC, Souza Júnior PRB. O papel do farmacêutico na prevenção da automedicação com medicamentos para emagrecimento. *Rev Bras Farm.* 2022;103(4):1-10. Português. Disponível em: <https://revistas.unifenas.br>
10. Oliveira NM, Pereira JR. Possible risks of using medications for obesity. *Res Soc Dev.* 2024;13(14):e44474. doi:10.33448/rsd-v13i14.44474.
11. Silva TA, Baiense ASR, Andrade LG. Automedicação de anorexígenos e seus efeitos colaterais. *Rev Ibero-Am Humanid Ciênc Educ.* 2023;9(5):1-12. Português. Disponível em: <https://revista.rease.com.br>
12. Jornalismo ESPM. Os perigos do uso de medicamentos para emagrecer [Internet]. São Paulo: Jornalismo Júnior; 2023 [citado em 2025 set 10]. Disponível em: <https://jornalismojunior.com.br>
13. UAI – Real Time Big Data. Automedicação com remédios para perda de peso possui riscos [Internet]. Belo Horizonte: UAI; 2023 [citado em 2025 set 10]. Disponível em: <https://www.uai.com.br>
14. Conselho Regional de Farmácia de Mato Grosso do Sul (CRF/MS). CRF/MS alerta para a prática da automedicação de remédios emagrecedores [Internet]. Campo Grande: CRF/MS; 2023 [citado em 2025 set 10]. Disponível em: <https://crfms.org.br>

15. Araújo TME, Silva Júnior EG, Moraes JT. Consequências do uso indiscriminado de medicamentos para emagrecimento. *Rev Bras Obes Nutr Emagrecimento*. 2022;16(100):385-92. Português. Disponível em: <https://revistas.unifenas.br>
16. Silva RF, Costa AA, Oliveira LMC. Riscos associados à automedicação: enfoque em medicamentos para perda de peso. *Rev Saúde Colet*. 2021;31(4):1253-65. Português. Disponível em: <https://revistas.unifenas.br>
17. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Medicamentos: uso racional de medicamentos [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2001 [citado em 2025 set 10]. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br>
18. World Health Organization. Obesity and overweight [Internet]. Geneva: WHO; 2023 [citado em 2025 set 10]. Disponível em: <https://www.who.int>
19. Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM). Diretrizes para tratamento farmacológico da obesidade [Internet]. Rio de Janeiro: SBEM; 2023 [citado em 2025 set 10]. Disponível em: <https://www.endocrino.org.br>
20. Carvalho EF, Silva MR, Gomes RC. Uso de fármacos emagrecedores: perfil do paciente e complicações clínicas. *Rev Bras Clin Med*. 2021;19(5):456-62. Português. Disponível em: <https://revistas.unifenas.br>
21. Pereira JR, Oliveira NM. Análise crítica da automedicação com medicamentos para emagrecimento no Brasil. *J Health Sci*. 2023;25(2):145-54. Português. Disponível em: <https://revistas.unifenas.br>